



ANDC
Associação Nacional de Direito ao Crédito

Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2 005

Março de 2 006

Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2 005

1. O Relatório de Actividades	2
1.1. As opções e decisões de natureza estratégica	4
1.1.1. O compromisso com as autoridades governamentais	5
1.1.2. Os acordos com as instituições financeiras	6
1.1.3. As instituições de solidariedade	7
1.1.4. O Ano Internacional do Microcrédito	7
1.1.5. O crescimento do Microcrédito	8
1.1.6. A robustez da equipe técnica	8
1.1.7. A animação da vida interna da Associação	10
1.2. O funcionamento corrente	11
1.2.1. O funcionamento interno	11
1.2.2. O relacionamento com o exterior	13
2. As Contas	13

Relatório de Actividades e Contas da Direcção do ano de 2 005

Este Relatório é presente à Assembleia-geral da Associação com vista a que se possa dar cumprimento ao disposto na al. a) do n.º 2 do artigo 15º dos Estatutos, que prevê que a Assembleia-geral se reúna em sessão ordinária, até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas da Direcção, do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal.

Quanto ao Relatório exige-se por um lado, que reflecta com verdade e rigor as actividades desenvolvidas e por outro que mostre o nível de eficácia da gestão da Direcção. As Contas são a outra face das actividades desenvolvidas: elas justificam-se pela sua regularidade mas, sobretudo, pela forma como os financiamentos mobilizados foram capazes de dar resposta aos objectivos e às actividades desenvolvidas. Analisa-se o nível de eficiência da gestão implementada pela Direcção.

No que se segue procuraremos ter presente uma e outra. Será estruturado em duas partes: O Relatório de Actividades e As Contas.

1. O Relatório de Actividades

É habitual na apresentação dos Relatórios de Actividades, realizar-se o confronto entre actividades e objectivos programados e actividades e objectivos realizados. Trata-se de uma prática desejável quando existe estabilidade de programação e a conjuntura não sofre variações bruscas significativas. Em tempo de mudança estrutural não prevista, aquele ponto de vista pode conduzir à formulação de juízos que, embora conformes com a norma, não se coadunam com uma boa gestão da mudança. A invocação de mudanças estruturais não

deve, no entanto, servir para obscurecer a necessidade de reflectir sobre a gestão corrente.

Subdividiremos esta parte em dois pontos: o primeiro, em que se apreciarão opções e decisões de natureza estratégica; o segundo em que se fará a avaliação das questões de funcionamento corrente.

1.1. As opções e decisões de natureza estratégica

O ano de 2005 foi um período em que permanentemente, fomos desafiados na nossa atitude acomodatória de gestão do presente com os comportamentos do passado. Nesta perspectiva foi um ano que não deixou de nos pregar partidas. Felizmente que, do nosso ponto de vista, as partidas tiveram o mérito de despertar a nossa imaginação e o nosso empenhamento a favor de um microcrédito que melhores respostas dê aos que dele necessitam.

No Programa de Acção para 2005 foram destacados seis objectivos principais: consolidar a responsabilidade dos Agentes de Microcrédito pelo território que lhes está atribuído; privilegiar a formação dos Agentes de Microcrédito; melhorar a circulação interna de informação; aprofundar a relação com o IEFP; comemorar o Ano Internacional do Microcrédito; animar a vida interna da ANDC. Todos eles tiveram alguma resposta por parte da Associação, mas não foi possível atender a todos do mesmo modo.

O ano de 2005 a todos nos surpreendeu, pela aceleração que revelou na tomada de consciência e interesse por parte de administrações públicas, instituições financeiras, instituições de solidariedade e público, em geral, acerca das realidades do microcrédito. As motivações podem ter sido as mais variadas, mas o dinamismo a que assistimos confrontou-nos com problemas novos, com que não contávamos tão rapidamente, a que tivemos de dar resposta, e que desviou a nossa atenção de alguns dos problemas mais correntes e cuja solução se tinha programado.

A circunstância de 2005 ter sido considerado o Ano Internacional do Microcrédito não pode ter sido mais oportuna.

Para além da resposta que foi necessário dar aos objectivos que decorriam do Programa de Acção, foi indispensável equacionar desafios que neles não estavam contidos, nomeadamente os que diziam respeito a relacionamentos institucionais com instituições financeiras, com administrações públicas e com parceiros que trabalham na área da pobreza e da exclusão. Vejamos o que se cumpriu, em primeiro lugar, em relação aos novos desafios e depois, em relação aos objectivos que constavam do Programa de Acção.

1.1.1. O compromisso com as autoridades governamentais

Em relação aos novos desafios, tomamos nota do empenhamento, explícito, com as virtualidades do microcrédito, como instrumento de luta pela integração económica e social que, a partir de meados do ano, foi possível obter da parte, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, da Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional, do Instituto do Emprego e da Formação Profissional e dos seus responsáveis máximos. Algum tempo mais tarde, também, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças entendeu considerar o microcrédito como uma solução eficaz para os problemas da iniciativa e do empreendedorismo. A referência clara ao microcrédito, pelo Plano Nacional de Emprego e pelo Plano Tecnológico, como instrumento privilegiado são disso uma boa prova. Trata-se de um empenhamento que potencia o aprofundamento e o desenvolvimento dos apoios públicos que a ANDC já anteriormente vinha recebendo.

A nova postura destas instituições, que significa o reforço do apoio público com que a ANDC contou desde o início, obrigou a Associação a mobilizar-se para tarefas de dimensão que não tinha conhecido anteriormente. Embora sem resultados já palpáveis, até ao fim do ano, o trabalho que a ANDC foi obrigada a

reflectir sobre a sua organização interna foi significativo. O resultado mais visível foi o de ter sido possível obter um acordo de princípio, para se poder vir a celebrar com o IIEFP um novo protocolo em condições que poderão permitir dar um novo enquadramento às actividades até, agora, desenvolvidas.

1.1.2. Os acordos com as instituições financeiras

Temos a segura convicção que o ano de 2 005 constituiu, em Portugal, um novo despertar do interesse, também das instituições financeiras, para o microcrédito e para as suas ligações com o desenvolvimento da microfinança. A Conferência realizada em finais de 2 004, o Ano Internacional do Microcrédito e o empenhamento que, a nível internacional, as instituições financeiras passaram a ter com o microcrédito, são as principais razões explicativas.

Durante o ano de 2 005 desenvolvemos contactos, ou fomos contactados, por instituições financeiras, a que se seguiram negociações laboriosas que permitiram dizer que, a breve prazo se poderiam vir a, com elas, celebrar acordos de cooperação. Um deles foi celebrado, ainda em Dezembro de 2 005, com a Caixa Geral de Depósitos (CGD). Ficaram expectativas de que a breve prazo poderiam vir a ser celebrados novos acordos, nomeadamente, com o Banco Espírito Santo (BES).

Há quem se interrogue sobre a capacidade da ANDC poder gerir colaborações com múltiplas instituições. A Direcção considera que só nos poderemos orgulhar de termos vindo a ser solicitados pelas várias instituições para podermos vir a ser seus parceiros. Isso significa que confiam no nosso trabalho. Por outro lado a multiplicidade de parcerias poderá permitir diversificar os produtos oferecidos e, sobretudo, contar com essas instituições para desenvolver o microcrédito no quadro que o tem sido o praticado pela ANDC e não noutro.

1.1.3. As instituições de solidariedade

O desenvolvimento de parcerias com as instituições de solidariedade seria o complemento necessário da sustentabilidade do desenvolvimento da cooperação com as instituições anteriormente referidas. Infelizmente, não foi, ainda, possível criar uma base robusta para que o complemento crescesse. Contactos que surgiram frutuosos com instituições como a Caritas, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, não permitiram que, até ao fim do ano, pudessem ter sido recolhidos frutos significativos. A Direcção continua a considerar que, por muito difícil que seja o caminho a trilhar, com mais ou menos tempo, é fundamental criar e sustentar uma rede de instituições que actuam junto de públicos prioritários na perspectiva do microcrédito.

1.1.4. O Ano Internacional do Microcrédito

O início das celebrações do Ano Internacional do Microcrédito caracterizou-se por alguma perturbação na realização dos objectivos inicialmente programados, em razão de circunstâncias associadas a mudanças de Governos. Apesar disso, foi formada uma Plataforma de Instituições que assinaram um Compromisso com o Microcrédito e realizaram, em Maio, uma Semana de Microcrédito, que teve impacto significativo, quer junto dos *media*, quer junto público em geral. Associada a esta realização é de destacar a colocação de cartazes em carruagens de metro, graças a uma colaboração estabelecida com a Administração deste.

Marcante nestas celebrações veio a ser dinâmica gerada, já no último trimestre, em torno de uma parceria estabelecida com o Ministério do Trabalho e com o IIEFP, com vista à realização de uma Grande Conferência Internacional com a participação do Prof. Mohammad Yunus. A indisponibilidade de alguns dos

principais convidados para a realização da conferência, ainda em 2 005, veio a remeter a sua realização para o início do ano de 2 006.

1.1.5. O crescimento do Microcrédito

O ano de 2 005 foi um ano de extraordinário crescimento do número de negócios financiados com o microcrédito. De 67 em 2 004, terminou-se o ano de 2 005 com 153 novos negócios.

Não é fácil atribuir uma razão única a este crescimento, mas estamos em crer que uma das suas principais justificações teve a ver com o facto de durante o Ano Internacional do Microcrédito se ter falado mais de microcrédito. A forma como os *media* a ele se referiram ao longo do ano ajuda a explicar uma parte significativa do crescimento.

Não devemos pensar que no futuro iremos, por muito necessário que isso fosse, ter uma duplicação do número de empréstimos realizados, todos os anos. Devemos, no entanto, estar preparados para criar condições institucionais para podermos confrontar-nos com um crescimento continuado, embora não necessariamente através de saltos bruscos.

1.1.6. A robustez da equipe técnica

O trabalho desenvolvido, no passado, pela equipe técnica da Associação tem-nos permitido afirmar, com segurança, que tem vindo a ser desenvolvido um trabalho seguro e de qualidade, e que dispomos de uma equipe madura.

Os novos desafios não nos permitem que possamos descansar com a bagagem adquirida. A Direcção desde cedo tomou consciência que é imprescindível, embora difícil, tomar decisões no sentido de reforçar em número e em qualificação os agentes de microcrédito (AM). Em particular, em razão dos

compromissos de natureza financeira, que terão de ser assumidos, não podem ser dados passos demasiado ousados nesta direcção, enquanto a estrutura de financiamento da Associação não puder ser reforçada (matéria que tem vindo a ocupar uma parte significativa da atenção da Direcção).

Durante o ano de 2005, a equipa técnica foi aumentada com dois novos elementos (economistas), embora tal se tenha verificado em razão da substituição de um anterior colaborador com que deixou de se poder contar.

Uma outra componente do reforço da robustez é a formação dos AM em matérias em que estejam menos bem preparados para se poderem confrontar com as novas exigências da avaliação e do acompanhamento. Infelizmente, a necessidade de dar resposta às novas solicitações e a impossibilidade de recrutar novos AM não deixou disponibilidade de tempo para que a formação pudesse ter lugar. Espera-se que este constrangimento possa ser ultrapassado no quadro de novo protocolo que vir a ser celebrado com o IEFP.

As razões que limitaram a possibilidade de formação explicam, também, que os AM não possam ter prestado mais atenção à divulgação do microcrédito nos territórios que lhes estão atribuídos.

A Direcção está consciente do carácter estratégico da questão da qualificação dos seus recursos humanos, em primeiro lugar porque tal se justifica pela necessidade de darmos boas respostas àqueles que recorrem ao microcrédito; em segundo lugar porque é condição de credibilidade da Associação junto dos seus parceiros.

Sublinha-se, ainda, o facto de a Direcção ter entendido instituir um sistema de prémios que teve como objectivo destacar a qualidade do trabalho desenvolvido por aqueles que os receberam e, simultaneamente, motivar um maior empenhamento, de todos, nas tarefas do futuro.

1.1.7. A animação da vida interna da Associação

A vida interna da Associação é o que forem os seus recursos e a forma como formos capazes de os organizar para responder aos objectivos que queremos alcançar. É porque há várias formas de os organizar que tem sentido falarmos aqui da animação da vida interna da Associação.

Como em todas as organizações, um dos factores vitais dessa animação é a circulação da informação. Sabemos que essa circulação se vai tornando mais complexa, à medida que aumenta a dimensão da organização. Sabemos, também, que é domínio com que a Associação, sobretudo, por razões técnicas, teve, sempre, dificuldades em lidar. Por isso, foi tomada a decisão de criar um novo sistema de registo e de circulação da informação, utilizando, para isso, instrumentos mais potentes.

Durante o ano de 2 005 a Direcção procurou, ainda, levar a cabo iniciativas que permitissem mobilizar capacidades disponíveis dos nossos voluntários e gerar trocas de sinergias entre os vários grupos existentes na Associação. Nesta matéria algo já foi feito, mas ainda estamos longe de ter atingido os objectivos que desejávamos.

Promovemos a realização de reuniões e convívios, com as Comissões de Crédito, com os AM e as Comissões de Crédito, com outros voluntários que têm dado à Associação a sua disponibilidade para colaborar com a nobre causa do microcrédito. Não estamos satisfeitos, sobretudo porque nem sempre tem sido possível harmonizar as capacidades disponíveis com as necessidades a satisfazer. Pacientemente, temos vindo, no entanto, a procurar estruturar formas de trabalho mais eficazes.

1.2. O funcionamento corrente

Por muito importantes que possam ser consideradas as questões de natureza estratégica nunca poderemos esquecer que elas só caminham quando suportadas pela forma como são geridas as questões de funcionamento corrente. Vamos aqui refira-las em dois conjuntos: o funcionamento interno e o relacionamento com o exterior.

1.2.1. O funcionamento interno

São múltiplos os aspectos de funcionamento interno sobre que fomos levados a introduzir aperfeiçoamentos ou inovações. Eles tiveram a ver com as actividades, de Secretariado, de microcrédito, dos órgãos da Associação, das relações internacionais e a mudança de instalações.

O Secretariado que funcionava a tempo parcial passou a poder contar com uma prestação a tempo completo, tendo a pessoa que desempenhava essas funções, em conjugação com as de AM, passado a exercer as funções de AM a tempo completo.

Durante o ano de 2005, como já atrás foi referido, foram realizados 153 novos microcréditos de que resultou uma bolsa de microcrédito em acompanhamento de cerca de 350 microcréditos. A questão da qualidade do acompanhamento dos microempresários é, porventura, neste momento, uma das que mais condiciona a credibilidade da Associação. Esperamos que com um maior volume de meios as restrições que temos sentido possam ser ultrapassadas.

Os Órgãos da Associação têm tido um funcionamento regular, de acordo com o estatutária e regulamentarmente previsto, sendo de salientar o elevado grau de participação que, em particular, nas Assembleias-gerais, tiveram os seus associados, não só em número, como pelo interesse das questões que nelas foram suscitadas.

O número de associados cresceu como se desejava, de 307 para 326, tendo-se saldado por um acréscimo líquido de 19. Gostaríamos que todos os associados se empenhassem com vista a que o crescimento do número de associados ganhasse maior dinamismo.

Refira-se, também que, após demoradas diligências, foi possível obter o financiamento e o lançamento, pelo Observatório do Emprego e da Formação Profissional, de um concurso para a realização de um estudo de avaliação sobre o desenvolvimento da actividade de microcrédito em Portugal. O trabalho encontra-se em curso de adjudicação.

A mudança de instalações constituiu um momento de significativa importância para um funcionamento mais eficiente da Associação. A independência adquirida e as condições de trabalho que foi possível reunir, foram um forte incentivo para o acréscimo da qualidade do trabalho obtido.

Promoveu-se, como já foi mencionado, o início da informatização da informação e de procedimentos associados à actividade da ANDC, com vista a criar um novo sistema de gestão da informação. O projecto foi adjudicado a uma equipe de técnicos que foi considerada competente e espera-se que, antes do Verão, a tarefa esteja cumprida, e se encontre operacional a primeira fase dos trabalhos, com uma versão preliminar de *workflow* de documentos e acesso à distância da informação disponível. Espera-se que grande parte das dificuldades de acesso à informação ou de acesso insuficiente possam, dessa forma, ser ultrapassadas.

Em finais de 2005, o facto de o Millennium bcp ter entendido lançar uma linha de microcrédito, que publicitou, sem que disso tivesse dado conhecimento à ANDC criou, junto de todos os que aqui trabalham, justificadas preocupações, quanto ao significado daquela iniciativa e, nomeadamente, interrogações sobre o futuro da parceria que até então estava estabelecida, com aquela instituição financeira. Felizmente que, algum tempo passado, foi possível confirmar a interpretação inicialmente, dada pela Direcção (e de que, atempadamente, deu

conhecimento aos colaboradores mais directos) segundo a qual a nova iniciativa se dirigia a um segmento de candidatos distinto daquele em que se tem vindo a situar o trabalho da ANDC. Concluiu-se, assim, que a actividade da Associação poderia prosseguir nos termos em que até, então, tinha sido programada, sem que tivessem que ser levantadas questões adicionais.

Finalmente, sublinhe-se que em 2005, foi obtido o reconhecimento do Estatuto de Utilidade Pública que, só por si, é um instrumento de reconhecimento do mérito do trabalho da Associação e que, em muito, pode contribuir para ajudar à sua projecção no exterior, mas que é, também, condição prévia para que se possa vir a beneficiar de acções de mecenato. Este último estatuto já foi requerido aguardando-se que possa vir a ser reconhecido durante o ano de 2006.

1.2.2. O relacionamento com o exterior

Neste ponto queremos explicitar as principais actividades de relacionamento com o exterior, tanto no país como no estrangeiro.

No que se refere às primeiras sublinhamos o papel imprescindível do Boletim enquanto instrumento de divulgação das actividades da Associação, tanto entre os Associados, como entre o público ao qual tem sido possível dar-lhe acesso. Foram introduzidos novos conteúdos e uma nova forma gráfica, cumprindo-se a sua regular edição. Gostaríamos de poder vir a criar, também, um instrumento gráfico que pudesse servir de instrumento de ligação entre os microempresários.

Enquanto actividades de divulgação citam-se, também, a participação da Associação, na Feira Social, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa, na Feira de Trancoso, promovida por organizações de economia solidária e a participação em múltiplas iniciativas para as quais fomos solicitados por instituições exteriores.

A Associação promoveu, no âmbito do Programa Equal, e por iniciativa do Instituto António Sérgio, a submissão a concurso de um projecto subordinado ao tema “Estudo de Avaliação Prospectiva do Micro-empendedorismo em Portugal. No fim do ano em análise estavam criadas todas as expectativas para que o financiamento do projecto pudesse vir a ser obtido.

O relacionamento internacional realizou-se, conforme previsto, tanto em termos multilaterais como bilaterais. As relações multilaterais têm sido corporizadas pela nossa participação no *Board* da REM, assegurada pelo Jorge Wemans. Essa participação não apenas tem permitido transmitir o nosso ponto de vista acerca da forma como deverão ser equacionadas as questões do microcrédito a nível internacional, como tem possibilitado que estejamos mais informados acerca das novas dinâmicas do microcrédito e da microfinança, na Europa e restantes países.

Em termos bilaterais temos mantido contactos ou participado em realizações promovidas por outros parceiros. São aqui de sublinhar, a participação, em Paris, numa grande Conferência sobre a Microfinança promovida pelo Governo Francês, o envolvimento, em Turim, num Seminário sobre o desenvolvimento da Microfinança a nível internacional e a participação no projecto Eufin (Desenvolvimento de instrumentos e parcerias com vista à promoção dos Direitos Fundamentais na União Europeia).

2. As Contas

Do ponto de vista da Direcção as Contas reflectem, adequadamente, o nível de actividade desenvolvido durante o ano de 2005, tendo-se verificado uma gestão criteriosa dos recursos disponíveis, tanto em termos de despesas efectivamente realizadas, como em termos de compromissos assumidos.

O montante das receitas superou o das despesas em 3 605,83 €, sendo este excedente um resultado que a Direcção propõe que seja aplicado em reservas livres para reforço dos capitais próprios da Associação.

Em 2 005 as receitas foram superiores às de 2 004, em 19%, em razão do aumento do nível de actividade da Associação e do conseqüente acréscimo da contribuição com origem no IEFP (que levou a que se tivesse atingido o tecto de financiamento estabelecido no protocolo, no montante de 375 000 €) e nos proveitos extraordinários verificados.

Em relação ao IEFP, o ter-se atingido o tecto, levou a ANDC a considerar a possibilidade de vir a accionar a cláusula do protocolo que prevê que possam ser solicitadas as verbas de anos anteriores correspondentes à diferença entre a verba paga e o tecto. Esperamos que, para o futuro, os termos do novo protocolo a celebrar, possam vir a adequar, de forma mais satisfatória, os recursos recebidos, ao nível de actividade desenvolvido.

Relativamente aos donativos recebidos é matéria que deverá receber particular atenção no exercício em curso, nomeadamente, pela via de parcerias institucionais. Registe-se, no entanto, que os donativos aumentaram de 155%, em relação aos do ano de 2 004.

No que concerne aos custos, verificou-se um acréscimo de 19% em relação a 2 004 e de 3% em relação ao orçamentado. O acréscimo de custos é o resultado do aumento do nível de actividade e das opções tomadas pela Direcção em termos de instalações, equipamentos, pessoal e sustentabilidade do funcionamento da Associação. A principal razão deste aumento de custos deveu-se ao acréscimo dos custos de pessoal.

Em relação às duas grandes rubricas “Custos Fixos Centrais” e “Custos Variáveis” pode-se constatar um aumento das primeiras em 14% relativamente ao orçamentado e de 30% em relação ao ano anterior. Relativamente às segundas

verificaram-se diminuições, tanto em comparação com o orçamentado, como em relação ao ano anterior.

A diminuição dos custos variáveis é uma consequência de não se ter desenvolvido, conforme previsto, o programa de publicações, de não se ter implementado o programa de formação do pessoal que inicialmente se considerou desejável e de os custos com colaboradores diversos não se terem concretizado com a celeridade admitida aquando da preparação do orçamento.

Finalmente, são de sublinhar os montantes com “Provisões para Riscos e Encargos”. O montante previsto para o Fundo de Garantia (41 623,86 €) resulta do compromisso assumido com a instituição financeira e corresponde, a 5% do crédito concedido durante o ano e a um reforço de 6 937,32 €, para cobertura de riscos a cobrir pelo Fundo de Garantia e que não decorram daquele compromisso. A dotação para Provisão para Encargos e Projectos Aprovados, no montante de 34 686,58 € é a aplicação de uma norma prudencial que visa cobrir riscos potenciais para a gestão da actividade, gerados por insuficiência de receitas.

A Direcção da ANDC

(Manuel Brandão Alves)

Presidente

(Maria Adelaide Ruano)

Secretária

(Isabel Pinto Correia)

Tesoureira

(Manoel Baptista Pombal)

Vogal

(José Maria Azevedo)

Vogal